

A ESQUERDA MILITAR NO BRASIL: OS VETERANOS COMUNISTAS DA FEB (1945-1950)

Carlos Henrique Lopes Pimentel
Professor Doutor Francisco César Alves Ferraz (Orientador)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e a organização destes em Associações, tendo como objeto de pesquisa, os veteranos comunistas da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Assim, o foco a ser desenvolvido é a disputa pelo controle político das associações dos veteranos brasileiros. Analisarei, portanto, a trajetória e a ação dos veteranos de esquerda (afiliados ou não ao Partido Comunista) no interior das associações dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, entre 1946-1950, período em que estas se formavam. Este momento caracterizou-se pela participação ativa dos veteranos comunistas na direção e organização da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB). Embora fossem minoria entre os ex-combatentes da FEB, os veteranos de esquerda desempenharam papel político importante nos primeiros anos de funcionamento das associações. O conflito entre os grupos de esquerda e de direita dos veteranos de guerra antecipou as práticas de intimidação que seriam a base dos conflitos internos do Exército nas décadas de 1950/1960.

Palavras-Chave: Historia Social, Territórios do político, Esquerda militar.

Nos últimos anos, os estudos sobre a História Militar no Brasil encontram-se em mudanças, o maior acesso às fontes e o aumento de pesquisadores, composto tanto de civis quanto de militares, que se debruçam nos estudos desta área, ampliou interesses acerca deste tema, fazendo com que a historiografia sobre as Forças Armadas no Brasil crescesse não apenas em quantidade como também em qualidade. Consequentemente, o debate historiográfico vem crescendo em sua variação temática mudando os aspectos teóricos e metodológicos, com proveitos recíprocos. Ao invés de se ocuparem apenas com a intervenção militar na política, a instituição militar é estudada no geral (como um todo), sem prejuízo de suas relações com a sociedade civil.

Um dos tópicos que tem atraído a atenção dos pesquisadores é a Força Expedicionária Brasileira (FEB), a transformação dos estudos sobre a FEB despertou o interesse desses novos pesquisadores que, utilizando-se de novas abordagens, vêm ampliando os campos de pesquisa nesse assunto. Memória, a reintegração social dos veteranos de guerra e as associações de ex-combatentes, têm sido algumas dessas mudanças, a fim de buscar novas abordagens, dando novo “fôlego” ao tema em questão.

O intuito desse trabalho que visa estudar a esquerda militar, especificamente o caso dos veteranos comunistas da FEB, é estudar um tema pouco explorado pelos historiadores brasileiros. Pretendo em minha pesquisa contribuir para o conhecimento de um assunto importante da história do país, sendo à esquerda, tema “polemico” no Brasil, ainda mais quando esses grupos pertenceram, diretamente ou indiretamente, a uma instituição com forte prática anticomunista, como a instituição militar.

A historiografia sobre o assunto não é muito vasta, mas existem obras importantes para a temática em questão, como as obras de Nelson Werneck Sodré (*História Militar do Brasil*), a trilogia de João Quartim de

Moraes (*A Esquerda Militar, volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes, volume II: Da Coluna Prestes à comuna de tenentes e soldados*). Cito ainda a obra de Francisco César Alves Ferraz (*A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira 1945-2000*), essas obras estruturarão as bases do desenvolvimento desse projeto de pesquisa.

Delimitarei meu estudo sobre a esquerda militar, ao período de 1945 até 1950, anos em que se formavam as associações e as direções dessas, eram ocupadas por membros comunistas (filiados, ou não, ao Partido Comunista), analisando os conflitos existentes no seio das associações e as lutas que esses engendraram em busca de transformar a AECB, não apenas em uma reunião de veteranos, mas em uma organização de cunho político, que lutasse por questões de âmbito nacional e não apenas por auxílios aos ex-combatentes. Por questões de acesso documental, analisarei as associações de veteranos (AECB) de São Paulo e a do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Tendo como objetivos maiores em minha pesquisa, resgatar a memória dos veteranos brasileiros da Segunda Guerra Mundial, em especial a dos que se colocavam à esquerda no espectro político do período, muito perseguidos dentro das associações (principalmente após 1949), relembando suas lutas, pretendo recuperar a “existência” desse grupo de militares de esquerda nas Forças Armadas brasileiras, problematizando sua intervenção política e teórica na história da associação de veteranos brasileiros, que combateram o nazi-fascismo em solo italiano e foram “excluídos” da História por possuírem uma ideologia política combatida no país e nas Forças Armadas.

O ponto de partida para este trabalho são os livros de João Quartim de Moraes: *A Esquerda Militar no Brasil*. Ele não somente estabelece um conceito de *esquerda* às ideias e práticas dos militares,

mas, a partir dele, também abre caminho para várias pesquisas sobre a questão nas forças armadas. Por um lado, sugere que a esquerda militar pode ser estudada como uma categoria analítica, e, por outro, como um parâmetro político, na medida em que é recuperada a existência desse grupo de militares de esquerda nas forças armadas brasileiras, problematizando sua intervenção política e teórica na história republicana, na maioria das vezes, de forma clandestina. O autor resgata aquilo que poucos sabem ou mesmo admitem haver, a existência de uma esquerda militar no Brasil que igualmente interveio na história, em capítulos políticos importantes no Brasil do século XX. (MORAES, 2005).

Outra obra importante na construção desse trabalho é a tese de doutorado escrita pelo professor Francisco César Ferraz em 2003, "*A Guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*", obra que relata e estuda o retorno dos militares brasileiros da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), colocando em questão a reintegração social desses combatentes.

As Associações de Veteranos

Na historiografia brasileira, são relativamente poucos os estudos que tratam da participação brasileira na II Guerra Mundial. Desses estudos, a maioria se concentra nas implicações políticas internas e externas que tal participação proporcionou. Mas ultimamente, o espectro das pesquisas tem se ampliado, com estudos discorrendo sobre a preparação e organização das forças militares brasileiras, *front* interno, as relações étnicas, as memórias de guerra dos ex-combatentes e o comportamento dos soldados brasileiros em combate. Porém continua raro os estudos sobre o que aconteceu com os "pracinhas" (termo pelo qual ficaram conhecidos os praças e oficiais subalternos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutaram ao lado dos Aliados na II Segunda Guerra Mundial) depois de seu retorno ao Brasil.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada por 25 mil jovens brasileiros (aproximadamente), que se transformaram em cidadãos-soldados para combater as forças do Eixo na campanha da Itália, entre 1944 e 1945. Eles constituíram a única força combatente oriunda da América Latina no continente europeu. Encerrado o conflito, foram desmobilizados, e a maioria dos expedicionários (composta de civis recrutados), buscou retornar às relações sociais e profissionais que tinham antes de participarem da Guerra.

A chegada dos pracinhas à Capital Federal (Rio de Janeiro) causou comoção popular, uma festa de boas-vindas os esperava, e a empolgação tomou conta de todos, acontecendo o mesmo nas cidades de origem dos combatentes. Além do que, havia o pagamento dos soldos devidos e do terço de campanha, o que fazia qualquer pracinha sentir-se amparado, vitorioso, coberto de glórias e bem abonado. Porém, o entusiasmo popular diminuiu, e com o passar do tempo, ninguém mais se interessava pelas histórias de guerra e por seus "heróis".

Os anseios dos ex-combatentes eram mais modestos. Em primeiro lugar, retomar suas vidas, voltar a seus empregos de antes da guerra ou, no caso de estar desempregado antes da partida, conseguir um emprego e seguir com suas vidas. Porém, essa readaptação ao cotidiano civil não foi tão simples, pois eram homens diferenciados, passaram meses vivendo em outro ambiente social, outra realidade. Aqueles homens que voltaram aos lares já não eram mais os mesmos e não demorou muito para os conflitos e dificuldades, no emprego, nas famílias e na sociedade aparecerem. (Ferraz, 2003).

Os problemas tiveram início, quando começaram as medidas oficiais de desmobilização da FEB. Embora compartilhassem com a máquina de guerra americana os planejamentos e a execução de todas as etapas de combate, as autoridades militares brasileiras não planejaram

nenhuma política de reintegração social de seus veteranos. Enquanto nas outras nações aliadas, essa reintegração já era estudada desde o início da guerra, no Brasil praticamente nada havia sido feito de concreto; o Estado-Maior da FEB no interior limitou-se a realizar estudos e planejamentos apenas para os procedimentos de desmobilização e licenciamentos das tropas expedicionárias. .(FERRAZ, 2003).

Se não bastasse a falta de planejamento na reintegração dos veteranos, havia ainda, uma nítida má vontade com a FEB por parte de algumas autoridades do governo, que se preocuparam em neutralizar qualquer força política desta. Dentro do Exército, os oficiais que preferiram permanecer no Brasil (por diversos motivos) temiam ser preteridos nas promoções pelos oficiais e praças da FEB. A recepção dos militares febianos regulares nos quartéis foi fria e até mesmo hostil. A cúpula da hierarquia militar brasileira contribuiu para as dificuldades dos militares febianos, destacando-os para bases e guarnições distantes. Muitos ex-combatentes reclamavam que no dia-a-dia dos quartéis, eram hostilizados pelos seus pares que não foram combater na Europa.

Contudo, embora considerassem injusto o tratamento que recebiam nos quartéis, os militares febianos possuíam ainda sim, com uma carreira segura, pensão integral na reforma e direitos médicos garantidos. Já os expedicionários civis, ao contrario, sem a proteção do Exército, tiveram de lidar com problemas mais críticos. Deveriam reintegrar-se à vida cotidiana em uma sociedade que não conhecia os horrores da guerra e que não estava pronta para recebê-los. Passadas as primeiras semanas após o retorno, quase todos os ex-combatentes sentiram, em maior ou menor grau, dificuldades no convívio social com a população não combatente. Isso ocorreu em todos os países e guerras que utilizaram massas de cidadãos-soldados em combate, as guerras, com seus riscos de vida, deixam traumas físicos e psicológicos irreversíveis. (FERRAZ, 2003).

As trajetórias dos veteranos brasileiros foram variadas, os que possuíam alguma formação escolar ou habilitações profissionais encontraram menores dificuldades, assim como os que antes da partida tinham algum cargo público. Mas o grosso do contingente expedicionário deparou-se com o medo do desemprego (os patrões eram obrigados a readmitir seus empregados que foram para a guerra, mas em seguida, sob alegação de desajustamento e neurose demitiam esses funcionários). As dificuldades de conseguir emprego cresciam pelo fato de a maioria dos expedicionários terem sido recrutados justamente na idade de aprender uma profissão; Sem capacitação profissional definida, tinham que enfrentar um mercado de trabalho em desigualdades de condições com os demais candidatos. Muitos ex-combatentes, portadores de ferimentos ou doenças contraídas na guerra, tinham que enfrentar toda a má vontade burocrática para receberem ajuda e provar sua incapacidade. Histórias de veteranos reduzidos à mendicância ou vivendo de favores da família, enfrentando a incompreensão dos desajustes de sua sociabilidade, eram comuns, e foram relatadas nas memórias dos ex-combatentes e por alguns jornalistas. .(FERRAZ, 2003).

Logo depois do retorno, as queixas aumentaram, e a idéia de criar associações de ex-combatentes, cogitada ainda na Itália, foi retomada. Em 1º de outubro de 1945, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira associação de ex-combatentes do Brasil. Outras foram criadas, de maneira espontânea, em varias cidades do país, inicialmente, essas associações eram dirigidas, na maioria, por praças e oficiais subalternos da reserva.

Foi através das associações que os veteranos da FEB, reuniram-se para preservarem suas memórias, valorizando suas ações do passado não apenas com os objetivos de comemoração dos feitos, mas como condição de sobrevivência concreta e identidade social. Foi na associação de veteranos que ex-combatentes puderam encontrar seus companheiros

de *front* e não apenas isso, através dela, poderiam receber orientação de seus direitos, auxílio material e psicológico, além de ser um espaço de vivência social e política, um local que lhes permitia discutir política e as questões sociais do país sem a pressão hierárquica das Forças Armadas, além de reforçar laços de solidariedade e ajuda mútua.

Logo após a formação das associações surgiu um confronto entre duas concepções de ação pública. De um lado, aqueles que acreditavam que a luta pelos direitos dos veteranos era também uma luta de cunho político, que os ex-combatentes deveriam pronunciar-se sobre questões da política nacional, e que seus direitos só seriam respeitados se fossem mobilizados permanentemente e tivessem voz ativa nos assuntos da vida nacional. Já a outra corrente repudiava qualquer mobilização de caráter político, e considerava que a associação não era lugar para esses tipos de debates e lutas. As reivindicações de direitos e reconhecimento dos sacrifícios dos ex-combatentes deveriam vir através das negociações travadas entre os escalões hierárquicos das forças armadas, as lideranças das associações e os políticos. O embate entre as duas concepções foi inevitável, principalmente no período abordado nesse estudo, 1945-1950, período em que os comunistas tinham voz no interior das associações, ocupando posições chave nas direções das associações, especialmente na seção do Distrito Federal da AECB, que concentrava na prática, a orientação política da associação nacional. Enquanto conseguiram manter tais posições, fizeram a associação adotar práticas mais combativas politicamente, além de introduzir o debate de temas da política nacional em suas assembleias, eventos públicos e publicações, como a exploração do petróleo, aço e de debates sobre reforma agrária. Em contrapartida, havia a visão do outro grupo presente nas associações, ligado à hierarquia anticomunista do Exército, que advogava que o papel das associações de ex-combatentes deveria ser essencialmente zelar pela memória e bem estar dos veteranos.

Desde o início, as associações proporcionavam aos veteranos e suas famílias, um ponto de encontro que desempenhava um papel de um clube social, onde os associados se reuniam e discutiam diversos assuntos, desde a rodada do futebol até questões da política nacional. As associações eram, portanto, um espaço importante do debate das questões públicas. Em seu princípio (1946) os membros de esquerda, filiados ou não ao Partido Comunista, eram dos mais entusiastas da AECB, associados desde o início, esses veteranos de esquerda sentiam-se à vontade nas seções, participando ativamente das diretorias e atividades da associação, trazendo para o interior desses debates políticos e ainda propondo ações públicas em relação aos problemas enfrentados pelos veteranos e também, sobre a situação da política nacional.

Esse envolvimento “comunista” foi recebido com extrema preocupação por setores à direita das associações e até fora delas. A “politização” das questões sociais dos veteranos acarretou uma crise interna nas associações, causando uma divisão política que, no futuro, definiria o papel político das associações e seus posicionamentos. Os setores anticomunistas usaram essa crítica, para atacar e acusarem os veteranos de esquerda dentro das associações e também através da imprensa, alegando que as associações não eram lugares de política e que essa tentativa, por parte dos comunistas, de usar a associação para fins partidários, provocava a desagregação dos companheiros.

Apesar dos estatutos da AECB proibirem atividades de cunho político-partidário de seus associados, o fato é que a política sempre esteve presente nas associações, abertamente ou não. Vários eventos da associação foram boicotados, acusados de estarem “alinhados ao comunismo internacional”, e em muitas ocasiões os ânimos dos membros se exaltavam, algumas vezes chegando às vias de fato, demonstrando o claro conflito existente nas associações. (FERRAZ, 2003).

Tentativas de amenizar este conflito foram feitas, buscando uma conciliação entre os lados “opostos”, foi criado um Conselho Nacional, que misturava em seus quadros membros de ambas as partes (comunistas e não comunistas), mas de pouco adiantou essa tentativa, pois tanto dentro como fora das associações existiam acusações de práticas e pregações comunistas no Conselho Nacional e em varias seções da AECB. Em 1947, assustados com a força dos comunistas no seio das associações, houve por parte dos militares da ativa a tentativa de se articular uma nova organização de veteranos.

O conflito dentro das associações atingiu extremos. Um dos diretores da AECB-DF, e membro do Conselho Nacional, Salomão Malina, havia sido preso, por resistir ao fechamento do jornal comunista que dirigia. Eleições foram feitas sob forte pressão em 1947 e por uma margem mínima os comunistas (Henrique Oest e Jacob Gorender) foram derrotados. O fato foi que as pressões e embates políticos nas associações não diminuíram, e a tensão entre os dois lados já era irreversível, tanto na principal seção da AECB do país, que era a do Distrito Federal, como no Conselho Nacional. Em uma eleição extraordinária em fevereiro de 1948, os grupos anticomunistas vencem as eleições (AECB-DF) sobre os comunistas, e começam a combater a “politização” das associações.

O golpe final contra os comunistas na AECB foi dado entre 1948 e 1949, nas eleições para a seção do Distrito Federal e na destituição do então presidente do Conselho Nacional da AECB, Sampaio de Lacerda (comunista). A partir desse período as lideranças hierárquicas das Forças Armadas participaram ativamente do processo de caça aos comunistas, culminando no progressivo afastamento dos veteranos comunistas das associações. Para Jacob Gorender, soldado da FEB e ativo participante da ala comunista nas lutas da AECB, as ordens de intervenção nas associações partiram do próprio Ministério da Guerra:

Foi uma ação mais ou menos concertada. Eles (os oficiais superiores anticomunistas) tomaram conta das diretorias. Desde então, as associações de veteranos se tornaram apêndices das Forças Armadas (Entrevista, *in* Ferraz, 2003).

Finalizo, expondo as duas vertentes que disputaram o poder dentro das associações; de um lado uma tendência liderada pelos veteranos de esquerda, que consistia em uma postura mais contestadora e que se propunha ir além nas reivindicações dos problemas específicos dos veteranos, esses pretendiam associar os problemas nacionais aos dos expedicionários. Do outro lado, havia o grupo de membros da associação, que era maioria no quadro dos associados, onde às questões políticas eram deixadas de lado, e o que se discutia e pleiteava eram os problemas dos veteranos, colocando-se por um viés mais conservador e anticomunista, ligados a hierarquia das Forças Armadas.

Derrotados na eleição do Conselho, hostilizados pelas novas lideranças, perseguidos e colocados na ilegalidade, vários dos veteranos comunistas se afastaram das associações. O isolamento e afastamento dos veteranos de esquerda ficou nítido nas gestões seguintes, no jornal o Ex-Combatente, a linha editorial mudou completamente, tornando-se comuns artigos que atacavam os veteranos de esquerda e suas práticas. Os comunistas se afastaram das atividades dirigentes das associações, alguns voluntariamente, outros de maneira compulsória, a partir de então, alguns continuavam frequentando as seções, outros se desligaram. Após 1950 não se registrou mais nenhum conflito entre esquerda e direita nas associações. A partir desse período, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil assumiu posturas conservadoras.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes Orais

Jacob Gorender. São Paulo, 30 nov 1999.
Neltair Pithan e Silva. São Paulo, 31 mar 2000; 7 abr 2000.
Raimundo Paschoal Barbosa. São Paulo 7 jun 2001
Salomão Malina. São Paulo, 29 jan 2002.

Fontes Impressas

Memórias, relatos institucionais

ARRUDA, Demócrito, et alii, **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: s. ed., 1949.

COSTA, Octávio. **Cinquenta anos depois da volta**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1995.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina**: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 3ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Curitiba, Ed. do autor, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Documentos escritos em arquivos públicos, digitalizados e pertencentes ao acervo do Grupo de Pesquisa Estudos Políticos e Militares Contemporâneos - UEL

Origem: Arquivo da Associação De Ex-Combatentes do Brasil – Seção de São Paulo

Livros de Atas de Reuniões da Diretoria (1946-2000)

Origem: Arquivo do Conselho Nacional da Associação de Ex-Combatentes do Brasil

Estatutos e regimentos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil
Coleção do jornal Ex-Combatente (1947-1953 – incompleta)

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

FERRAZ, Francisco César Alves. **À Sombra dos Carvalhos: a Escola Superior de Guerra e a política brasileira (1948-1955)**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

_____. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor;; KRAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; Bom Texto, 2004.

_____. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000. São Paulo. Tese- Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, 1986.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular/ São Paulo: Siciliano, 1994 (vol.2) e 2005 (2ed. vol. 1).

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

ROUQUÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

SANTOS, Andrea Paula dos. **À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras**: História oral de vida de militares nacionalistas de esquerda. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998 (Dissertação de Mestrado em História Social), 2 vols.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.